

CORREIO POLÍTICO

POR
RUDOLFO LAGO

Geraldo Magela/Agência Senado



Vieira: colocações duras sobre os poderes

Vieira põe um dedo
“Supremo” na ferida

É bastante provável que a CPI do Crime Organizado seja mais uma de várias recentes no Congresso a não chegar a lugar algum. Seja, porém, qual for seu resultado, ela vai ficar marcada pela contundente sinceridade de seu relator, o senador Alessandro Vieira (MDB-SE), ao criticar a promiscuidade que hoje parece haver entre os poderes e o crime organizado. Ao inquirir o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, que já foi ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Vieira pôr um dedo “Supremo” na ferida, ao afirmar, com todas as letras, que “há hoje infiltração criminosa nos poderes da República”. E citou dois fatos recentes noticiados envolvendo ministros do STF em ligações com o enroladíssimo Banco Master.

Carona em jatinho

O primeiro foi a “carona” dada a Dias Toffoli em um jatinho com um advogado do Banco Master para assistir, no Peru, à final da Taça Libertadores, entre Flamengo e Palmeiras. “Eu tenho o mau hábito de dar nome às coisas”, disse Vieira. “O escândalo que é o ministro Dias Toffoli viajar para um compromisso particular com o advogado do Banco Master e despachar em favor do pedido do advogado”.

Geraldo Magela/Agência Senado



Lewandowski ouviu sem apresentar propostas concretas

Um contrato de R\$ 129 milhões

O segundo caso claramente mencionado por Alessandro Vieira foi a minuta de um contrato encontrado nos celulares e notebooks de Daniel Vorcaro com o escritório Barci Advocacia, da esposa de Alexandre de Moraes, Viviane Barci de Moraes. O contrato previa uma remuneração mensal de R\$ 3,6 milhões por 36 meses para que o escritório representasse o banco em qualquer circunstância. No total, R\$ 129 milhões. “O escândalo do momento é o suposto contrato entre o Banco Master e o escritório da esposa e dos filhos do ministro Alexandre de Moraes”.

Venda de acesso

Essa infiltração, diz Vieira, se dá “por meio de lobby que se sustenta em parte na venda de acesso a gabinetes”. Vieira não fez acusações diretas nem a Toffoli nem a Moraes, mas citou, segundo ele, “exemplos”. E poderia ter citado outros nos demais poderes também. Mas vaticinou um cenário sombrio: pode estar próxima, diz ele, a hora da prisão de um ministro de tribunal superior.

Ministro preso

“Este é um país que já teve presidente, governador, senador, deputado, governador, prefeito e vereador presos”, disse Alessandro Vieira. “Mas não tivemos nenhum ministro de instâncias superiores preso”, continuou. Para, então, concluir o relator da CPI: “Me parece que este momento se avizinha”.

Desvio ético

Na sua resposta, Ricardo Lewandowski não citou nenhum caso específico. Disse apenas ser contrário a “qualquer desvio ético”. Mas as menções talvez o tenham também incomodado. Depois que deixou o STF, antes de assumir o Ministério da Justiça, Lewandowski foi do conselho consultivo do Banco Master.

Poderes

Ainda que Vieira tenha citado especificamente dois casos do Supremo, não é somente ali hoje que as coisas se complicam. Como o Correio Político lembrou, há hoje mais de 30 parlamentares investigados por desvios com emendas orçamentárias. E os esquemas do INSS agora arrastam mais alguns políticos.

Conflitos

Isso tudo num tempo de complicadíssimo conflito e de falta de harmonia entre os poderes. Cada ação autorizada por ministro do Supremo para investigar políticos é respondida com reação do Congresso. E em nada ajudam notícias que envolvam diretamente ministros da Suprema Corte e que fiquem sem explicação.

Blindagem

A Câmara primeiro tentou se blindar com a fracassada PEC que o Senado barrou. Então, o STF tenta se blindar com a decisão tomada pelo ministro Gilmar Mendes limitando a possibilidade de pedidos de impeachment de integrantes da Corte. Onde tudo irá parar, é imprevisível. Talvez haja aí um caminho para a CPI.

Limites

O presidente do STF, Edson Fachin, falou em criar um código de ética para os tribunais superiores. Houve reação dos colegas. Se Fachin não conseguir estabelecer tais limites pelo Judiciário, quem sabe talvez haja por aí a possibilidade de a CPI relatada por Alessandro Vieira não ser mais uma a acabar em pizza.



Senador Omas Aziz presidiu a sessão de votação na Casa

Após Senado,
PEC do marco
temporal vai
à CâmaraSenadores aprovaram tema em
votação acelerada nesta terça

O Senado aprovou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que institui o marco temporal para demarcação de terras indígenas, após acelerar a tramitação do tema e permitir sua deliberação em dois turnos de forma expressa na sessão desta terça-feira (9).

O texto, que ainda precisa passar pela Câmara dos Deputados, inclui na Carta Magna a restrição de que os territórios devem ser demarcados apenas conforme sua ocupação no ano de 1988. A previsão é criticada por movimentos dos povos originários e defendida pelo agronegócio.

No primeiro turno, 52 senadores foram favoráveis ao texto, e 14, contra. No segundo, houve um voto contrário a mais.

Já com a sessão em andamento, o senador Esperidião Amin (PP-SC) publicou um novo relatório, que inclui a previsão de indenização a fazendeiros, veta a ampliação de territórios e prevê a participação de proprietários rurais durante todo o processo de demarcação.

A votação acontece em um momento no qual o Congresso vive tensão com o Supremo Tribunal Federal (STF), que também tem na pauta desta semana, nesta quarta-feira (10), uma sessão sobre o marco.

A disputa foi desencadeada após o ministro Gilmar Mendes decidir, de forma monocrática, retirar dos parlamentares o poder de abertura de impeachment de ministros da Corte, limitando essa

possibilidade apenas à PGR (Procuradoria-Geral da República).

Em resposta, o presidente do Senado e do Congresso, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), pautou uma série de projetos que são focos de tensão com o Supremo, inclusive o marco temporal.

O texto estava parado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) desde julho de 2024. Com o calendário especial, pode ir direto ao plenário e ser deliberado em dois turnos de uma vez só. Tradicionalmente, a tramitação acontece em duas votações, separadas por cinco sessões.

A proposta de calendário especial partiu da senadora Tereza Cristina (PP-MS) e foi aprovado por 48 a 21. PT, MDB, PSD e a bancada do governo foram contra a tramitação expressa.

A instituição do marco temporal impacta terras indígenas que, somadas, acumulam quase 11 mil requerimentos de mineração.

O marco temporal é a tese segundo a qual os territórios indígenas devem ser reconhecidos de acordo com a ocupação deles no ano de 1988, quando a Constituição Federal foi promulgada.

Os povos criticam essa ideia e defendem que o direito ao território é anterior ao texto constitucional, portanto sua demarcação deve respeitar estudos antropológicos que determinem a área que cada grupo habita originalmente.

Por João Gabriel
(Folhapress)